



HANNAH ARENDT E A BUSCA POR UMA FONTE IMANENTE E SECULAR DE AUTORIDADE

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.201.10>

Theo M. Villaça

Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – Bolsista CNPq

theomvillaca@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6061-0615>

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é mostrar a relevância das reflexões de Hannah Arendt sobre a possibilidade de encontrar uma fonte de autoridade na política que não se remeta a algo que esteja acima dessa esfera. Em um primeiro momento, buscaremos definir autoridade e sua importância. Em segundo momento, será investigada a tentativa de Arendt de localizar a fonte da autoridade na esfera imanente, com os exemplos das revoluções modernas francesa e americana. Por fim, será apontado a organização política espontânea dos conselhos como uma tentativa de resolução da questão da autoridade, na medida em que busca conciliá-la com a igualdade. Para esse percurso serão analisadas obras de Arendt, sobretudo *Entre o Passado e o Futuro*, além de comentaristas específicos.

PALAVRAS-CHAVE:

Arendt. Autoridade. Secularização. Revolução. Conselhos.

HANNAH ARENDT AND THE SEARCH FOR AN IMANENT AND SECULAR SOURCE OF AUTHORITY

ABSTRACT:

The purpose of this article is to show the relevance of Hannah Arendt's reflections on the possibility of finding a source of authority in politics that does not refer to something that is above that sphere. At first, we will seek to define authority and its importance. Secondly, Arendt's attempt to locate a source of authority in an immanent domain will be investigated. Finally, the spontaneous political organization of the councils will be pointed out as an attempt to

resolve the issue of authority, insofar as it seeks to reconcile it with equality. For this path, the works of Arendt, specially *Between Past and Future*, and specific commentators will be analyzed.

KEYWORDS:

Arendt. Authority. Secularization. Revolution. Councils.

1 Introdução

Uma das grandes perguntas da política, segundo Hannah Arendt, é “quem governa quem?” (ARENDR, 1972). Por trás dessa pergunta, no entanto, existe outra: qual a legitimidade de quem governa? Ou o que autoriza determinado governo? A fonte de autoridade de um governo é fundamental para sua estabilidade. Ao menos em uma democracia, o reconhecimento da autoridade por parte da população confere legitimidade aos governantes. Uma vez perdida a autoridade, o uso de força e violência se torna mais frequente para impor o poder sobre os governados.

O presente artigo pretende investigar, a partir das considerações de Hannah Arendt, a busca por uma autoridade política em um mundo em crise. Arendt recusa qualquer tentativa de colocar a fonte da autoridade em algo transcendente, como um deus ou um “ser supremo” na formulação de Robespierre, que conferiria legitimidade a um determinado governo. A autoridade deve então ser encontrada na própria esfera secular. Os exemplos opostos da Revolução Francesa e da Revolução Americana servem para mostrar o sucesso de um estabelecimento de organização política, cuja fonte não está em algo para além do mundo.

Ao final do livro *Sobre a Revolução* (ARENDR, 1990), Arendt discorre sobre uma forma específica de organização política pouco conhecida, o “tesouro perdido” das revoluções. Tais organizações, os chamados conselhos, surgem espontaneamente no processo de grande parte das revoluções modernas. A importância dos conselhos para o presente contexto se faz porque Arendt chega ao ponto de concluir que foram as formas políticas que mais chegaram perto de conciliar a autoridade com a igualdade, localizando a primeira em todos os níveis de uma hierarquia. Não obstante, a curta duração dessa organização política coloca em dúvida se a autoridade conferida foi suficiente para sua permanência e durabilidade.

Na primeira parte, será definido o conceito de autoridade e sua importância. Em segundo momento, será investigada a tentativa de Arendt de localizar a fonte da autoridade na esfera imanente, com os exemplos das revoluções modernas francesa e americana. Por fim, será apontado a organização política

espontânea dos conselhos como uma tentativa de resolução da questão da autoridade, na medida em que busca conciliá-la com a igualdade.

2 Autoridade e sua importância na esfera política

Para adentrar nessa questão, deve-se recorrer primeiramente à definição que Arendt tem de autoridade e sua importância na esfera política. Dentro do livro *Entre o Passado e o Futuro*, publicado pela primeira vez em 1961, Hannah Arendt dedicou um ensaio ao conceito de autoridade.

Arendt constata que há uma crise de autoridade. Nas palavras da autora, não há mais “experiências autênticas e incontestáveis comuns a todos”. (ARENDR, 1961, p. 91). Não é do escopo do presente trabalho investigar a relevância do mundo em comum no pensamento de Arendt. No entanto, algumas palavras são proveitosas a fim de situar a importância dada à construção de experiências que envolvem todos.

O mundo comum em Arendt é a arena da política. É o lugar exclusivo no qual a ação política pode ocorrer porque o comum compartilhamento coloca todas as pessoas em pé de igualdade. Um mundo comum dá justamente essa base de experiências compartilhadas na qual a ação política pode acontecer. Ação esta que, em seu caráter ideal é isonômica, pois todas as desigualdades circunstanciais devem ser deixadas de lado.

É esse mundo em comum que é perdido, por exemplo, nos movimentos totalitários. A massa, matéria-prima e condição necessária dos regimes totalitários, é caracterizada por indivíduos supérfluos que não dividem mais a mesma experiência de mundo uns com os outros. São isolados e atomizados e, por isso, presas fáceis, para o totalitarismo. (ARENDR, 2012).

Indo mais além, até a “apreensão da realidade depende do compartilhamento do mundo com outros homens”. (ARENDR, 1961, p.254). A consequência da destruição do mundo comum, então, faz com que a própria realidade seja substituída pela ficção das ideologias totalitárias.¹ No totalitarismo não há autoridade, que apenas “visa restringir ou limitar a liberdade, mas nunca a abolir”. O regime totalitário busca abolir a liberdade e toda a espontaneidade da ação humana. (ARENDR, 2012, p.543).

Sem autoridade, as coisas perdem sua funcionalidade. Para Arendt (1961), mesmo âmbitos pré-políticos, como a educação, estão sofrendo da mesma crise. No caso da política e do governo, a falta de autoridade gera, no melhor dos casos, instabilidade. O pré-estabelecimento da autoridade situa os indivíduos e guia os recém-chegados no mundo. É um caráter elementar e necessário que, ao ser quebrado

¹ Em “Origens do Totalitarismo”, Arendt descreve as ideologias totalitárias como “fuga da realidade para a ficção” e da “coincidência para a coerência” (ARENDR, 2012, p.486).

ou posto em dúvida, deixa as novas gerações, nascidas em um mundo estranho, sem amparo e perdidas. (ARENDR, 1961).

A estabilidade é dada pela “permanência e durabilidade” do mundo, engendradora justamente pela autoridade. Ela dá uma continuidade ao mundo e ao âmbito político que transcende a mortalidade dos seres humanos. A vida individual é finita, pois o ser humano é mortal, e a autoridade, assim como a tradição, é um elo que dá um fundamento que perpassa gerações. (ARENDR, 1961, p.95).

A autoridade dá fundamento porque legitima um estado de coisas. Mas ela não pode ser confundida com persuasão, pois não envolve uma argumentação entre iguais, ela é necessariamente hierárquica. Autoridade também não é força nem violência. Quando há autoridade, com sua hierarquia pré-estabelecida o uso da força não se faz necessário. Arendt (1972) chega inclusive a ressaltar que uma vez usada a força, a autoridade pode terminar. A autora lança mão do exemplo de autoridade de um pai para um filho, que é perdida no momento em que o primeiro bate ou agride o segundo. (ARENDR, 1972).

Autoridade também se distingue de poder. Nas palavras de Celso Lafer, poder é “a capacidade de agir em conjunto”. (LAFER, 2018, p.235). Poder depende da quantidade de pessoas e, pelo menos para os romanos, não envolvia necessariamente obediência, em contraste com a autoridade. (ARENDR, 1972). Para Arendt, há sempre um número de pessoas que empossou alguém no poder e que esse, por conseguinte, pode agir em nome dos quais o empossaram.

Há uma obediência inquestionável na autoridade. Todas as partes reconhecem de antemão a hierarquia que diz quem deve obedecer. Quando há o uso de força ou de convencimento, já não há mais autoridade. Em um governo, a autoridade se faz importante também porque evita a força, ou nas palavras de Arendt, “impede coerção externa”. (ARENDR, 1961, p.93). Um Estado que emprega violência ou força já não conta com a aceitação de pelo menos aquela parte da população a quem foi submetida a opressão.

A autoridade não religiosa é possível porque, por mais que a política tivesse a sanção da religião, especialmente durante a Idade Média, sua origem é política. “A longa aliança entre religião e autoridade não prova necessariamente que o conceito de autoridade tem uma natureza religiosa.”² (ARENDR, 1994, p.372).

A crise da autoridade constatada por Arendt diz respeito à quebra da tradição, que legitimava a política. Começando a partir de Roma, origem da atual concepção da palavra, a autora diz que a autoridade se mantém devido a um equilíbrio com outros dois pilares: religião e tradição. Qualquer tentativa de descartar um desses elementos, os outros dois não estavam mais seguros. Portanto, a perda da tradição,

² Traduzido de: “*The long alliance between religion and authority does not necessarily prove that the concept of authority is itself of a religious nature*” (ARENDR, 1994, p.372).

entendida como um fio que nos guia pelo passado, acarreta a perda da autoridade. A “tradição preservava o passado transmitindo de uma geração para outra o testemunho dos antepassados, que primeiro testemunharam e criaram a fundação sagrada”³ (ARENDR, 1961, p.124). Tradição, religião e autoridade, portanto, formavam uma tríade na qual os elementos se sustentavam uns aos outros. A crise da autoridade tem a ver com o enfraquecimento dessa tríade. (POIZAT, 2004).

O absolutismo foi uma primeira tentativa moderna de estabelecer uma autoridade não religiosa para a política. Antes disso, as leis mundanas eram vistas como expressões da lei divina. Toda lei secular devia sua prática e existência à sanção da Igreja. O absolutismo tentou substituir a sanção que a religião dava ao rei pela autoridade do soberano absoluto. Mas isso foi uma “pseudo-solução”, que mascarou a profunda instabilidade da política moderna, “o resultado de uma falta de autoridade elementar”. Sem essa autoridade elementar, o absolutismo não poderia ser diferente de uma tirania ou um despotismo. (ARENDR, 1990).

3 Busca por uma fonte e a recusa ao transcendente na esfera política

A dimensão transcendente, que legitimou governos durante séculos, não é mais possível devido à secularização, que Arendt compreende como a diminuição do poder da religião sobre os assuntos e instituições públicas e a independência e dignidade própria da esfera secular. Nas palavras da autora, “secularização significa, antes de tudo, a separação da política com a religião” (ARENDR, 1961, p.69), definição que se encaixa no primeiro modo de secularização, identificado por Charles Taylor. (2007).⁴

Essa definição de Arendt é importante para distingui-la de autores do “teorema da secularização”⁵, que veem nesse processo uma permanência de instituições e conceitos religiosos, mas sem uma correspondência com o transcendente. Conceitos e instituições seculares seriam nada mais que conceitos e instituições religiosas imanentizadas de acordo com autores como Eric Voegelin e Karl Löwith, com os quais Arendt se correspondeu. A pensadora se opunha firmemente contra essa ideia, inclusive se engajando com as obras dos citados pensadores.

De acordo com a interpretação de Adverse (2012), essa migração de conceitos (religiosos para seculares) é parte da “tentativa frustrada de sanar a irremediável crise que decorre da perda da autoridade

³ Traduzido de: “*Tradition preserved the past by handing down from one generation to the next the testimony of the ancestors, who first had witnessed and created the sacred founding.*” (ARENDR, 1961, p.124).

⁴ Em *A Secular Age*, Charles Taylor (2007) ressalta três tipos de secularização [*secularity*], a primeira delas sendo a ideia de que religião está recuando na esfera pública. É dessa forma que Arendt utiliza o conceito para criticar as abordagens de autores como Voegelin e Löwith. Para o presente texto, é esse primeiro “modo” que será importante.

⁵ Essa expressão foi cunhada por Hans Blumenberg (1999) para evidenciar a diferença entre as duas posições.

religiosa: o Príncipe, ao vestir as roupas do Papa ou do Bispo, não foi capaz de trazer consigo sua dignidade e sua aura; logo, seu poder estará sempre marcado pela ilegitimidade”. (ADVERSE, 2012, p.44). Segundo essa leitura, o teorema da secularização indica que houve uma tentativa de substituição de autoridade empregada pelo absolutismo e que terminou em fracasso.

Samuel Moyn (2008) também vai além da mera constatação da secularização como um marco que reduziu a influência da Igreja na política e que distanciou as duas esferas. Sua interpretação do conceito na obra de Arendt é que se trata de uma tentativa de buscar versões não religiosas de autoridade.

Com a queda da autoridade tradicional, sancionada na Idade Média pela religião, resta a pergunta de onde a fonte da autoridade política pode se estabelecer. Arendt assume que essa fonte não pode ser colocada em algo transcendente, como Deus por exemplo, possibilidade encerrada com o processo de secularização. A primeira tentativa de estabelecimento de uma nova autoridade depois da secularização foi justamente no absolutismo, que substituiu a religião pelo soberano absoluto.

A fonte de autoridade não pode ser transcendente, primeiro porque a independência da ação política é defendida ao longo da obra da autora. A tradição do pensamento filosófico relegou a política a um segundo plano. Hierarquicamente, a *vita contemplativa*, ou o *bíos theoretikos* de Aristóteles, foi durante séculos tratada como superior à *vita activa* como um todo e mesmo à ação de maneira específica. (ARENDR, 2014). Assim, não pode haver uma predominância da filosofia que imporia suas ideias à esfera política. Em outras palavras, a ação política não pode ser submissa a ideias transcendentes sobre o bem.

Em segundo lugar, porque Arendt defende uma total separação das esferas religiosa e secular, para o benefício de ambas. Decorre da independência da ação política, uma desvinculação com não apenas a vida contemplativa filosófica, mas também a vida religiosa e espiritual. Para Poizat (2004), a obra de Arendt se destina a um conceito “puro” de política, autônomo, que não seja dependente de algo para além dela. Por outro lado, a religião deixou de ter as “demandas e fardos do secular que muito pesavam a Cristandade”. (ARENDR, 1990, p.161).

Onde então, pode ser encontrada a fonte da autoridade, que legitime um governo? Talvez essa pergunta nunca poderá ser totalmente respondida, mas Arendt atenta para dois exemplos históricos que obtiveram algum sucesso segundo a autora. O primeiro anterior à secularização, o segundo que buscava preencher o vácuo deixado pela religião como fonte de autoridade do poder político.

O primeiro caso é o da Roma Antiga, que já foi antecipado acima, como a origem da atual concepção de autoridade e a tríade que ela compõe com religião e tradição. Nas palavras da autora, “no coração da política romana, desde o início da república até virtualmente o final do período imperial, mantém-se a convicção da sacralidade da fundação, no sentido de que, uma vez fundada, algo permanece obrigatório

para todas as gerações futuras”⁶. (ARENDR, 1961, p.120). A autoridade de Roma se situava no próprio ato de sua fundação. E essa fundação fornecia o elo entre todas as gerações romanas, dando à sociedade em questão permanência e durabilidade, já discutidas acima.

No caso de Roma, havia, no entanto, uma íntima conexão com a religião. Mas Arendt (1961) explica que por religião deve-se entender o verbo *re-ligare*, que diz respeito a estar ligado ao passado de Roma e, portanto, à fundação da cidade. Sob essa perspectiva, a sacralidade da autoridade não significa que sua fonte seja transcendente, mas que a própria fundação foi um ato sacro que dá legitimidade aos seus continuadores no presente que a ela se vinculam. É essa conexão, esse fio, conduzido do passado ao presente, que dava a autoridade de Roma. (ARENDR, 1961).

O segundo exemplo é o da Revolução Americana, contrastada com a Revolução Francesa em livro publicado nos anos 60 por Arendt (1990) É o caso moderno, por oposição ao romano e, portanto, situa-se depois da secularização e da tentativa do absolutismo de substituir a autoridade religiosa. Sua localização no tempo faz da Revolução Americana o exemplo mais importante para o presente questionamento, uma vez que lida com a questão de autoridade em um mundo secularizado. Além disso, são justamente as revoluções que “ocasionam o nascimento de um novo domínio secular”, o *novus ordo saeculorum*. (ARENDR, 1990, p. 26). É o processo revolucionário que vai procurar estabelecer uma fonte de autoridade não religiosa depois do fracasso do absolutismo.

Comum ao processo revolucionário está a questão do absoluto. O problema do absoluto surge nas revoluções, na “necessidade de algo que seja externo à política, que tenha caráter transcendente e que lhe confira legitimidade”. O rei no absolutismo já era secular, independente da esfera religiosa, já que era ele mesmo fonte de autoridade. Com a queda do rei, surge um vácuo a ser preenchido. Como visto acima, há uma falta elementar de autoridade desde o absolutismo. (ECCEL, 2018, p.126).

A questão do absoluto é a tentativa de resolver o problema de criar uma lei fundamental que seja a fonte de autoridade. Fazendo referência a Rousseau e Sieyès, Arendt (1990) coloca que os homens que criam a constituição são antes eles próprios inconstitucionais e surge a indagação da onde vem a autoridade de criar autoridade? O absoluto nesse sentido é fim de uma argumentação que seguiria *ad infinitum*, sobre o início, isto é, a fonte, da autoridade. No momento em que a revolução ia destituir completamente a sanção religiosa da esfera política, os revolucionários tiveram a necessidade de buscar uma fonte de autoridade transcendente. (ARENDR, 1990).

⁶ Traduzido de: “[a]t the heart of Roman politics, from the beginning of the republic until virtually the end of the imperial era, stands the conviction of the sacredness of foundation, in the sense that once something has been founded it remains binding for all future generations.”

A Revolução Francesa buscou uma substituição da autoridade, assim como o absolutismo que a precedeu. Em um primeiro momento, buscaram ocupar o vácuo da autoridade com o ‘povo’; em um segundo momento, Robespierre criou a ideia de um Ser Supremo. Em ambos os casos houve uma tentativa de conferir legitimidade, a partir de um absoluto, à nova organização política que surgia. O povo ou o Ser Supremo funcionariam como uma fonte de autoridade para além da própria esfera política. (ARENDR, 1990).

A fonte de autoridade no processo revolucionário francês permaneceu transcendente à política. Categorias abstratas como o povo e o Ser Supremo foram escolhidos para dar legitimidade à tentativa de estabelecimento de uma nova ordem política. O culto de Robespierre surgiu da necessidade de garantir pelo menos “permanência e estabilidade” e que a nova autoridade absoluta pudesse servir de legitimação para a nova organização política e suas leis. Essas categorias abstratas funcionaram justamente como absolutos. (ARENDR, 1990, p.185).

Onde a Revolução Francesa fracassou, a Americana obteve sucesso, localizando a fonte de autoridade do novo regime no ato de fundação e na sua constituição, sem a necessidade de transcender a própria esfera política.

A reverência dos americanos à sua Constituição pode apenas ser entendida como religiosa, se entendermos o termo da maneira romana, isto é, como re-ligare, e que os vinculam a um começo marcado no tempo (Idem). Dessa forma, a fonte da autoridade, assim como na Roma Antiga, não está em Deus ou divindades, mas sim no próprio estabelecimento, por meio da ação humana e do consentimento, da fundação da organização política que precisava de legitimidade.

Arendt recusa a necessidade de um absoluto para a autoridade política e a Revolução Francesa fracassou justamente porque não conseguiu evitar o absoluto. Tudo o que é política não precisa de uma legitimidade para além da própria política. (ECCEL, 2018).

É sob esse aspecto que a autora rejeita o “teorema da secularização”, exposto acima. Os autores dessa concepção, como Voegelin (1987) e Löwith (1949), minimizam a esfera política e a colocam como submissa ao âmbito religioso ou uma ordem transcendente. Subjacente à ideia de que conceitos religiosos foram imanentizados, está a necessidade de uma dimensão religiosa no ser humano que, se descartada, aparecerá na política com nova roupagem.

Para Arendt, a Revolução Americana teve sucesso onde a Francesa falhou, justamente por contornar a questão do absoluto, isto é, não precisar de uma fonte transcendente de autoridade que legitimasse o corpo político que nascia a partir do processo revolucionário.

Contudo, a autoridade da Constituição se refere a um momento definido no tempo e que resultou em algo concreto (a Constituição como o papel escrito). Não se refere a um momento mítico, perdido no tempo e, portanto, não depende de um absoluto como fonte de autoridade. (ADVERSE, 2012).

Por ser algo concreto, que não está em um “momento mítico” ou para além da política, a constituição não é algo sagrado, intocável ou estático. Deve haver espaço para mudanças de acordo com novas circunstâncias, mas deve-se partir dela, ao invés de começar do zero. (WALDRON, 2000).

Vale ressaltar, ainda, seguindo Newton Bignotto (2011), que o sucesso da revolução americana para Arendt não é simplesmente uma questão técnica sobre redigir adequadamente leis e uma constituição. A constituição como fundação deve ser produto da ação humana, mas ao mesmo tempo deve estar situada fora dela, pois do contrário não teria força. A fundação se situa fora da política, mas deve ser imanente, nunca acima da ação humana ou para além, no sentido de transcendente, do mesmo modo que foram os legisladores gregos e romanos, cujas leis não se reportavam a uma origem divina segundo Arendt (1990).

4 Organizações espontâneas

O próprio sucesso da Revolução Americana também se deu em parte por seu produto final, um sistema federal, que manteve características do modo de autogoverno dos conselhos, que já existiam nos Estados Unidos pré-revolucionários. Mesmo assim, a resolução do problema do absoluto, colocando como fonte de autoridade sua fundação e constituição, foi diminuída pelo próprio Thomas Jefferson, segundo Arendt (1990), queixa de Jefferson está vinculada à questão das organizações políticas espontâneas que não foram contempladas na constituição, o que traria vitalidade aos cidadãos que participariam ativamente da vida pública. A constituição acabou concentrada no âmbito federal, ao passo que a participação por meio de *wards* e *townships* seria perseguida na esfera local. (ARENDRT, 1990; NISBET, 1977).

Os conselhos são formas de organização que surgem em processos revolucionários modernos, mas que são quase sempre suprimidos pela elite revolucionária. Os principais exemplos de Arendt são *wards* e *townships*, que existiam desde antes da Revolução Americana, os soviets na Revolução Russa, além de conselhos na Comuna de Paris, na breve *Räterepublik* da Bavaria e na Revolução Húngara de 1956. Todos eles, à exceção do exemplo americano, se colocavam em contradição com planejamento e preparação do “modelo de revolução” de revolucionários profissionais. (ARENDRT, 1990).

Os conselhos se caracterizavam, além de sua espontaneidade, pela participação direta e ativa de todos homens e mulheres envolvidos no processo. Arendt (1990) chega a sugerir que há um “empreendimento comum” (*joint enterprise*), que coloca seus membros em pé de igualdade. Ao mesmo tempo, há uma hierarquia nos conselhos, quando em cada nível, desde o local para o mais alto

(possivelmente federal), há uma seleção de representantes, formando uma pirâmide que, Arendt ressalta, é também característica de governos autoritários. No entanto, a autoridade nessa organização política espontânea não vem de cima, e nem de baixo, ela é gerada em cada um de seus níveis, a partir da escolha do representante. Essas características fazem Arendt concluir que aí pode se encontrar uma solução para o dilema da política moderna de conciliar igualdade e autoridade. (ARENDR, 1990, p.278). Em entrevista posteriormente publicada com o título de *Thoughts on Politics and Revolution*, a autora chega a dizer que essas organizações espontâneas são o mais próximo do ideal de política que já existiu. (ARENDR, 1972). Nenhum dos sistemas de conselhos se amparava em alguma tradição, mesmo que houvesse exemplos históricos semelhantes e advém da própria experiência política. (ARENDR, 1972). Por um lado, isso revela que a própria autoridade pode vir justamente da experiência, e não de algo que esteja para além dela; por outro, pode gerar uma crise de autoridade. A tradição, como visto acima, forma um tripé com religião e autoridade desde a época de Roma. Se descredibilizar um destes é desestabilizar os demais, como Arendt sugere, a ausência da tradição nos conselhos pode levar a uma crise de autoridade, mesmo que os próprios conselhos busquem a fundação de uma república.

Ao olharmos para os exemplos históricos fornecidos em *Sobre a Revolução* (ARENDR, 1990) é necessário dizer que os conselhos não tiveram justamente durabilidade e permanência, característica que, para Arendt, é conferida pela autoridade. À exceção do relativo sucesso da experiência americana, os demais conselhos foram todos de curta duração, o que pode apontar para um possível descompasso entre igualdade e autoridade, já que esta última confere estabilidade e durabilidade para uma organização política. Apesar disso, a autora coloca como motivo da curta duração a opressão das elites de revolucionários profissionais que eventualmente esmagaram todas as formas espontâneas que surgiam em revoluções. (ARENDR, 1990).

5 Conclusão

A questão da autoridade permeia toda a história do pensamento e da prática política. O que Arendt busca estabelecer, a partir dos exemplos de Roma Antiga e da Revolução Americana, é uma fonte para a autoridade política que não esteja para além dela mesma. A crítica que a autora faz da tradição do pensamento ocidental é justamente que a política foi subjugada hierarquicamente pela filosofia, isto é, a ação política foi sempre vista como inferior à teoria. Correlato a esse fenômeno, a legitimidade de organizações políticas costumeiramente foi posta fora da esfera política, como em Deus ou em uma dimensão transcendente que, por ser hierarquicamente superior, sanciona o poder político.

Roma Antiga contorna essa problemática, ao colocar como fonte de autoridade sua própria fundação. As ações políticas romanas, para sua legitimidade, remetem-se ao momento histórico, mesmo que dotado de sacralidade.

Com o processo de secularização que deu independência e dignidade à esfera política, a questão da autoridade se fez urgente, já que havia perdido seu fundamento religioso. Primeiro o absolutismo e depois as revoluções foram tentativas de conferir legitimidade às organizações políticas que surgiam na modernidade.

A Revolução Americana teve sucesso, pelo menos parcialmente, pois conseguiu colocar a fonte de autoridade na sua própria fundação e sua constituição. A autoridade da organização política que surgia não precisava remeter para algo que fosse transcendente à esfera política. A parcialidade do sucesso se deve ao fato de que os conselhos não foram devidamente contemplados na constituição e não se mantiveram em pleno funcionamento no caso americano. O sucesso da constituição dos Estados Unidos é relativo já que apesar de buscar uma fonte de autoridade secular para sua nova república, não conservou os conselhos que conciliavam autoridade com igualdade.

As organizações espontâneas dos conselhos são, portanto, aos olhos de Arendt, a forma que mais próxima chegou de resolver a questão da autoridade na modernidade. No entanto, sua pouca durabilidade, a despeito das justificativas de práticas de elites e partidos revolucionários, atesta para o fato de que o problema da autoridade não foi totalmente resolvido.

Referências

ARENDDT, H. *The origins of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt/Brace, 1958 (2a . Edição).

_____. *As origens do totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. *Compreender: Formação, exílio e totalitarismo. (Ensaio) 1930-54*. Belo Horizonte: Companhia das Letras, UFMG, 2008.

_____. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Essays in Understanding. 1930-1954*. Nova York: Schocken Books, 2005.

AGUIAR, O. *A propósito da problemática do mal em Hannah Arendt*. Revista de Psicologia, Fortaleza, V.20(2), p. 82-88, jul./dez. 2002.

CORREIA, A; ROCHA, A; MÜLLER, M; AGUIAR, O. *Dicionário Hannah Arendt*. São Paulo: Almedina Brasil, 2022

CORREIA, A. *O Conceito de Mal Radical*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 28(2): 83-94, 2005

DUARTE, A. *O pensamento a sombra da ruptura: Política e Filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Trad. De Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

KNOTT, M. *The correspondence of Hannah Arendt and Gershom Scholem*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

NEIMAN, S. *What's the problem of evil?* In: LARA, M. (Ed.). *Rethinking Evil: Contemporary perspectives*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 27-45.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Recebido em: 05/09/2023

Aceito em: 18/03/2024